



**II Simpósio de Pesquisa do Ecosistema Ânima:
Juntos pelo Conhecimento: um novo saber cria um novo amanhã**

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS VEDAÇÕES DE LIBERALIDADES POR
PESSOA CASADA EM FAVOR DO(A) CONCUBINO(A)**

Mariana Ferreira de Souza¹; Maria Eduarda Bezerra Gomes da Silva²; Ana Raquel Aladim Salles³ e Dr^a Tereza Cristina Monteiro Mafra⁴ (orientadora).

1. RESUMO

O presente estudo tem por escopo analisar as vedações de liberalidades por pessoa casada em favor do(a) concubino(a) no código Civil de 1916 e de 2002. A questão central gira em torno da legalidade e da constitucionalidade das normas que proíbem e restringem a capacidade de um indivíduo casado de realizar doações, deixar herança ou legado, ou ainda instituir seguro em favor de seu concubino(a), ou seja, uma pessoa com quem mantenha uma relação afetiva extramatrimonial. Assim sendo, a hipótese que se pretende confirmar ao final da pesquisa, é que os artigos 1.801 inciso III, 550 e 793 do Código Civil de 2002 estão em desconformidade com o atual ordenamento jurídico e com a Constituição Federal.

2. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga se as vedações legais de liberalidades em favor do(a) concubino(a) são compatíveis com o atual ordenamento jurídico e com a Constituição Federal de 1988. Considerando que as vedações de liberalidades por pessoa casada ao concubino tinham fundamento na inculpação, abolida pela Emenda Constitucional 66/2010, o objetivo do trabalho consiste em verificar como a doutrina e a jurisprudência, após 2010,

¹ Mestranda em Direito nas Relações Econômicas e Sociais na Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, MG, e Pós-Graduanda em Direito de Família e das Sucessões, E-mail: ferreiramariana.juridico@gmail.com;

² Graduanda em Direito no 6º Período na UniFG (Pernambuco) unidade Piedade, E-mail: mariadudagomes81@gmail.com;

³ Graduanda em Direito no 3º Período na Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, MG, E-mail: anaraladim@gmail.com;

⁴ Doutora em Direito na Faculdade de Direito da UFMG. Diretora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC), Nova Lima, MG. Advogada. E-mail: tereza.c.mafra@terra.com.br.



se posicionaram sobre o tema, reconhecendo ou não a inconstitucionalidade de tais proibi es. Além disso, far-se-  uma análise crítica para verificar se a inculpa o ainda está presente, restringindo a autonomia privada e limitando o direito de dispor e de realizar um planejamento patrimonial, configurando indevida interferência estatal.

Palavras-chave: veda es, interferência estatal, concubinato.

3. MÉTODOS

A pesquisa que se propõe se situa na vertente jurídico-dogmática, pois se baseia na interpreta o e aplica o das normas jurídicas, contidas tanto no Código Civil de 1916, quanto no Código Civil de 2002, voltadas para proibir a realiza o de liberalidades por pessoa casada  (ao) concubina(o). Sendo assim, seguir  os tipos metodológicos jurídico-exploratórios, jurídico-diagnóstico e jurídico-comparativo, pois se pretende comparar o tratamento a tais veda es nos dois Códigos, na doutrina e na jurisprudência, inclusive os impactos da Emenda Constitucional 66/2010, a fim de identificar se houve alguma mudança de interpreta o e realizar.

4. RESULTADOS E DISCURSÕES

No que diz respeito   proibi o de um(a) segurado(a) casado(a) estabelecer um seguro em favor do(a) concubino(a), esta previsão já existia no Código Civil de 1916, em seu art. 1.474, que estabelecia expressamente “*Não se pode instituir beneficiário pessoa que for legalmente inibida de receber a doa o do segurado*”.

A pessoa impedida de receber doa o, nos termos do art. 1.177 do CC/16 era a cúmplice do conjugue adúltero, ou seja, a concubina. Atualmente, o art. 793 do Código Civil de 2002 trata do mesmo tema, entretanto, representa uma disposi o que permite a contrata o de um seguro em benefício do parceiro de união estável, desde que o segurado estivesse legalmente separado ou já se encontrasse separado de fato, nos seguintes termos “*  válida a institui o do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato*”.

Ou seja, a nova reda o da norma não mais constitui veda o do segurado(a) casado(a) estabelecer seguro em favor da(o) concubina(o), mas sim a permissão de institui o de



seguro em favor do companheiro de união estável, desde que, esteja separado judicialmente ou de fato.

Entretanto, foi localizado um julgado muito relevante sobre o tema, o REsp n. 1.391.954/RJ, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe em 27/4/2022, em que a Ministra diz expressamente que *“  inválida,   luz do disposto no art. 793 do Código Civil de 2002, a indica o de concubino como beneficiário de seguro de vida instituído por segurado casado e não separado de fato ou judicialmente na época do  bito”*. Ocorre que, conforme já dito, o art. 793 do CC/02 não mais proíbe a institui o de seguro pelo segurado casado.

Passando adiante, ao examinar a veda o do(a) testador(a) casado(a) deixar herança ou legado em favor da(o) concubina(o),   luz do Código Civil de 1916, era tratado no art. 1.719, que estabelecia o seguinte *“Não podem também ser nomeados herdeiros, nem legatários: III. A concubina do testador casado”*.

No atual Código Civil, a referida norma está contida no art. 1.801, III CC/02, ele preservou em essência a mesma norma do Código Civil de 1916, com a inclusão apenas da disposi o de que, caso o(a) testador(a) casado(a) esteja separado de fato da(o) cônjuge por um período superior a cinco anos, sem ser por culpa da concubina, esta poderá ser nomeada herdeira ou legat ria.

Embora o artigo 1.801, III CC/02 tenha estabelecido explicitamente a considera o da culpa na separa o, desde 2010 ocorreu uma mudança na legisla o com a promulga o da Emenda Constitucional n  66, que det m status constitucional, ou seja, prevalece sobre o Código Civil. Essa emenda eliminou a necessidade de analisar a culpa no término do casamento. Ou seja, a disposi o de que a culpa pela separa o de fato não pode ser da concubina, para que esta possa ser herdeira ou legat ria está incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro.

Por fim, em rela o a veda o de doa o  (ao) concubina(o), o Código Civil de 1916, em seu art. 1.177 estabelecia o seguinte: *“A doa o de cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal ”*. A referida norma foi trazida integralmente para o Código Civil de 2002, em seu art. 550, constando exatamente a mesma disposi o.

Será que uma norma escrita para satisfazer os anseios de uma sociedade de mais de 100 (cem) anos atrás, época em que apenas casamento realizado pela igreja católica era tido como legítimo, ainda permanece atendendo a sociedade de 2023?

Uma justificativa geralmente apresentada para defender a restri o do(a) *“conjuge adúltero”* realizar doa o a(o) concubina(o)   a necessária prote o da família, para que o



patriarca não dissipe todos seus bens doando-os a uma amante. Entretanto, existem restri es que resolvem esse problema, a exemplo, a que impede que o titular disponha gratuitamente de mais da metade de seus bens.

Portanto,   possível concluir que a proibi o da doa o ao cúmplice em adultério não tem por escopo a prote o da família, mas sim a imposi o de uma regra de cunho moralista.   completamente injustificável invalidar um negócio jurídico realizado dentro dos limites da legítima disponível disponível.

Essas veda es de liberalidades pela pessoa casada apresentadas no corpo deste resumo expandido contituem viola o a princípios fundamentais como legalidade, liberdade, dignidade da pessoa humana, igualdade e da não discrimina o.

Princípio da Legalidade, em razão da não aplica o, pelos tribunais, do disposto expressamente no art. 793 do CC/02, bem como necessidade de interpreta o do art. 1.801, III CC/02   luz da EC 66/2010, que possui *status* constitucional, portanto, está acima da Lei Federal (Código Civil), e Princípio da liberdade, dignidade da pessoa humana, igualdade e da não discrimina o no que tange ao disposto no art. 550 do CC/02, em razão de a única fundamenta o da norma ser preceitos morais e religiosos advindo do Código Civil de 1916.

5. CONCLUSÕES

Chegando ao fim do presente estudo,   possível concluir que a hipótese inicial foi confirmada: os artigos 1.801 inciso III, 550 e 793 do Código Civil de 2002 estão em desconformidade com o atual ordenamento jurídico e com a Constitui o Federal.

O Código Civil de 2002 introduziu a permissão de institui o de seguros em favor do companheiro de união estável, assim, desconforme   a jurisprudência do STJ ao desconsiderar a altera o legislativa.

No caso das heranças e legados, essa disposi o entrou em conflito com a EC 66/2010, que eliminou a necessidade de analisar a culpa na separa o.

Por fim, no que diz respeito   proibi o de doa es em favor do(a) concubino(a), não está em conformidade com as mudanças na sociedade e no direito ao longo dos anos, baseada em valores morais ultrapassados, e não na prote o efetiva da família.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constitui o (1988). Constitui o da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:



Senado, 1988.



BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 1962.

BRASIL. Emenda Constitucional n.66, de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010.

BRASIL, Recurso Especial n. 1.391.954/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJ 27/4/2022.

CARVALHO SANTOS, J.M. de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família*. 7. ed., Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1958.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: vol. 5 - direito das famílias. Ed. 22. São Paulo: Saraiva, 2009.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Contratos*. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2023.

PELUSO, Cezar. *Código civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 16. ed., São Paulo. Editora Manole, 2022.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: Fontes das Obrigações*. v. 3. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Campinas: Bookseller, 2001, v. 2.

TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito Civil: volume único*. 12. ed., Rio de Janeiro: Forense; Método, 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Contratos*. 21. ed., São Paulo: Atlas, 2021.